

Eleições na Colômbia



Por **CARLOS EDUARDO BELLINI BORENSTEIN***

O campo progressista está avançando na América do Sul não apenas em resultados eleitorais. Na Colômbia tem chances reais de vencer

O resultado das eleições legislativas na Colômbia trouxe novos sinais sobre a existência de uma onda progressista na América do Sul. A coalizão Pacto Histórico, liderada por Gustavo Petro, que foi escolhido como o candidato da esquerda à presidência colombiana, no pleito que ocorrerá em 29 de maio, obteve uma importante vitória. A coalizão de Petro elegeu 16 senadores, conquistando a maior bancada da Casa ao lado do Partido Conservador. Na Câmara dos Deputados, o Pacto Histórico obteve 25 assentos, mesmo número de cadeiras dos conservadores.

No ano passado, Gabriel Boric, do partido Convergência Social, de esquerda, se elegeu presidente do Chile, também indicando o fortalecimento da onda progressista na região, iniciada em 2019, quando Alberto Fernández conquistou a Presidência da Argentina.

Depois de Fernández, Luis Arce, do Movimento ao Socialismo (MAS), venceu, em 2020, a eleição presidencial na Bolívia, e Pedro Castillo, do Peru Livre, foi eleito presidente do Peru no ano passado. Das últimas seis eleições presidenciais realizadas na região (Argentina, Uruguai, Bolívia, Peru, Equador e Chile), apenas no Uruguai – com Luis Lacalle Pou – e no Equador – através de Guilherme Lasso – a direita acabou prevalecendo.

Vale recordar que, de 2017 a 2019, tínhamos uma tendência inversa. Nesse período, quatro eleições presidenciais foram vencidas pela direita: Jair Bolsonaro (Brasil em 2018), Sebastián Piñera (Chile em 2017), Ivan Duque (Colômbia em 2018) e Mario Abdo (Paraguai em 2018). E na Venezuela, a vitória foi da esquerda: Nicolás Maduro, do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), foi reeleito.

Nesta onda progressista iniciada em 2019, que no passado foi batizada de “onda rosa” ou “pós-neoliberalismo”, chama atenção os resultados eleitorais no Chile e Peru. Os dois países, que eram considerados exemplos de modelos liberais na economia, elegeram presidentes adeptos do protagonismo estatal. No caso do Chile, a mudança foi ainda mais profunda, pois antes da eleição de Boric, houve gigantescos protestos que desembocaram na convocação de um plebiscito, e de uma Assembleia Nacional Constituinte, que está reformulando a Constituição herdada da ditadura de Augusto Pinochet.

Conforme podemos observar, o campo progressista está avançando na América do Sul não apenas em resultados eleitorais – quatro vitórias nas últimas seis eleições presidenciais – mas também ganhando terreno em países (Chile e Peru) que até recentemente tinham o livre mercado balizando inclusive suas constituições.

Com a mudança na correlação de forças iniciada em 2019, cinco países da região estão agora sob controle progressista (Argentina, Bolívia, Chile, Peru e Venezuela). Outras seis nações (Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai e Uruguai) estão nas mãos de forças políticas liberais/conservadores. Apesar de numericamente os governos de direita ainda serem em maior número na América do Sul, todas as eleições presidenciais vencidas por esse campo na região, com exceção do Uruguai (2019) e Equador (2021), ocorreram até 2018.

Além da eleição de maio na Colômbia, onde a disputa deve ser polarizada entre Gustavo Petro e o candidato da direita, Federico Gutierrez, do Movimento Acreditamos, o palco central da disputa neste jogo de poder sul-americano será a eleição presidencial no Brasil, que hoje projeta um embate do ex-presidente Lula (PT) contra o presidente Jair Bolsonaro (PL). Ou seja, assim como vem ocorrendo nos demais países da América do Sul, esquerda e direita travarão um novo

embate na Colômbia e no Brasil.

Assim, as possíveis vitórias de Gustavo Petro e Lula confirmariam os sinais sobre a existência dessa onda progressista na América do Sul, já que a esquerda ampliaria suas vitórias de quatro para seis eleições presidenciais em oito disputas desde 2019. Diante do cenário de crise econômica, sobretudo o alto desemprego e a perda do poder aquisitivo de parcelas expressivas da população da região, essa nova “onda rosa” pode frear a condução econômica mais fiscalista em favor de uma agenda em que o Estado e a distribuição de renda passariam a ser uma agenda comum em muitos desses países.

***Carlos Eduardo Bellini Borenstein** é graduado em ciência política na ULBRA-RS.

A Terra é Redonda